

Mato Grosso, 19 de fevereiro de 2009.

Carta do Fórum Popular sobre o ZSEE de Mato Grosso.

O ZSEE (Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico) tem como um dos seus pressupostos básicos o Princípio da Participação garantido pelo o Artigo nº 225 da Constituição Federal, sustentado e corroborado pelo art. 4º, inciso II, do Decreto Federal 4.297/2002, Lei do ZSEE, e sem o respeito a este Princípio a efetivação das Políticas Públicas contidas neste documento de ordenamento territorial estará comprometida.

Portanto, insistentemente, a Sociedade Civil Organizada tem pleiteado o respeito às demandas dos movimentos sociais em Mato Grosso, a fim de GARANTIR que suas propostas sejam contempladas nos documentos finais a serem aprovados pela Assembléia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado.

Entendemos que o reconhecimento da verdadeira realidade social, econômica e ecológica dos sujeitos que habitam os territórios é fundamental para a consolidação de sociedades sustentáveis. A implantação de políticas públicas tomará como base o ZSEE, isto está expresso em todos os documentos oficiais e técnico-científicos que versam sobre o tema, mas perguntamos: qual a possibilidade de êxito destas políticas se não estiverem ancoradas em anseios, demandas e necessidades da sociedade do ponto de vista não apenas econômico, mas sobremaneira ecológico e, de maneira vital, sociocultural?

Compreendemos que a noção territorial limitada em sua cartografia e aspectos meramente físicos não se sustenta se os sujeitos sociais que constroem suas identidades não forem incluídos na proposta política do ZSEE e, assim, sublinhamos que a não participação de diversos grupos sociais na elaboração do instrumento territorial é a causa de sérios problemas.

Recordamos que a sociedade civil tem se mobilizado e promovido seminários setoriais participativos aos movimentos e grupos sociais, incluindo os Assentados; as Comunidades Tradicionais; Quilombolas e Povos Indígenas, Desaldeados ou com territórios não homologados; Extrativistas; Pescadores; Retireiros; Pantaneiros; Morroquianos; Populações Urbanas e Periurbanas, entre outros, a fim de discutir o ZSEE.

Os instrumentos de que se tem utilizado a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso para discutir o ZSEE, ou seja, Seminários e Audiências Públicas (AP) não têm garantido a participação efetiva dos representantes e membros dos diferentes grupos sociais, acima nomeados, que compõem a diversidade social, econômica e cultural do Estado de Mato Grosso. A nosso ver, este processo de exclusão se dá em decorrência tanto da não participação no processo de construção do zoneamento, quanto das possibilidades de intervenções, anulando o seu caráter propositivo.

Justamente porque as APs, por sua natureza, não são capazes de dar garantias de que as solicitações da Sociedade Civil Organizada, doravante apresentando reivindicações de grupos minoritários e movimentos sociais do estado de Mato Grosso, persistimos na necessidade de construção de espaços de participação mais capilarizados a fim de que esses grupos possam apresentar e debater elementos de suas identidades, territorialidades, de suas necessidades e demandas. Elementos estes considerados imprescindíveis para a qualidade dos Seminários e Audiências Públicas.

Em virtude das dificuldades de participação qualitativa nas discussões reiteramos, portanto, as seguintes solicitações:

Assegurar o princípio básico do ZSEE, de fomentar e garantir a participação popular com tempo necessário e qualidade, nas audiências públicas do ZSEE (incluindo a solicitação da sociedade civil desde o ano de 2008, que as Audiências só retornem em maio de 2009);

Fazer cumprir o disposto no Decreto nº 1.139/2008, art. 2º, incisos I a VI, em relação à Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico – CEZSEE;

Divulgação da data exata da Audiência Pública final do processo do ZSEE com antecedência;

Insistir no convite ao Ministério Público (MP) a fim de tranquilizar ânimos e garantir, ainda que de maneira indireta, que os conflitos existentes não extrapolem para a violência, seja ela verbal ou física, conforme episódios anteriores amplamente documentados e relatados.

Assegurar maior transparência no processo através de disponibilização imediata no site desta Casa dos documentos encaminhados seja em AP ou não.

Assegurar que as proposições retornem à Comissão Estadual do ZSEE para que esta consiga sistematizar as propostas sem ofertar uma

"colcha de retalhos", mas que a consistência científica seja aliada à política de inclusão social, na tentativa de se garantir a sustentabilidade para todos.

Por fim, se a construção do ZSEE teve por base uma regionalização calcada nas unidades físico-territoriais, expressas por categorias ecologicamente delimitadas e recortadas pelos processos produtivos e por pessoas com perspectivas técnico-científicas, estamos trabalhando para que seja diferente.

Reafirmamos nosso compromisso na construção do ZSEE baseado em unidades biorregionais construídas a partir da viabilidade, sempre com o apoio e reivindicação da população, na implantação de Políticas Públicas que, ao avaliá-las, vivenciá-las e experimentá-las possamos efetivamente consolidar nossas reivindicações, construindo e implementando coletivamente o ZSEE para darmos mostras cada vez mais evidentes de que é possível sonhar e realizar o que preconiza, por exemplo, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: os princípios gerais da Carta da Terra; ou as dimensões sócio-ambientais da Agenda 21, entre outros documentos nacionais e internacionais que orientam a sustentabilidade planetária com compromisso social e ecológico.

Dom Pedro Casaldáliga

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Roberto Malvezzi

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Fernando Francisco Xavier

REMTEA – Rede Matogrossense de Educação Ambiental

FORMAD – Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

FLEC – Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres

ADUNEMAT – Associação de Docentes da Unemat

ARPA - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental

AJOPAM -Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua

ARA - Retireiros do Araguaia

Associação dos Agricultores/as e Extrativistas de Ribeirão Grande - Nova Mutum

Associação dos Artesões de Sinop

Associação do Assentamento Florestan Fernandes - IV Marcos
Associação do PA Califórnia - Vera
Associação dos Produtores Rurais da Gleba entre Rios - Nova Ubiratã
Associação Terra Viva -
Centro Burnier de Fé e Justiça
Centro de Arte Ameon
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CJMT – Coletivo Jovem de Mato Grosso
COOPERFAMA - Cooperativa da Agricultura Familiar de Marcelândia
CPT - Comissão Pastoral da Terra
ECODAM - Associação de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Matogrossense - Sinop
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA/UFMT)
Grupo Tucano - Cláudia
Grupo Raízes – Cáceres
GT de Combate ao Racismo Ambiental/RBJA
Instituto Água e Vida
Instituto Caracol
Instituto Formiga – Alta Floresta
Instituto Maiwu
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas - Colíder
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PJR - Pastoral da Juventude Rural - Nova Canaã
Rede de Comunidades Rurais Senhora do Pantanal
REMARPCOMTRA – Rede Mato-grossense de Povos e Comunidades Tradicionais
Remanescente de Quilombola Capão do Negro

Revista Sina

SINTEP-MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso

SINTESMAT- Sindicato dos Técnicos da Unemat

Apoios Nacionais:

GT de Combate ao Racismo Ambiental/RBJA

Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé

Núcleo Brasil sustentável: alternativas à globalização neoliberal/FASE/RJ

Movimento pelas Serras e Águas de Minas

Rede Brasileira de Justiça Ambiental